



CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO
05/2021

AQUISIÇÃO DE BENS

==AQUISIÇÃO DE UMA VARREDORA URBANA==

CADERNO DE ENCARGOS



CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE

PARTE I

CLÁUSULAS DO CONTRATO

	Pág.
Cláusula 1.ª – Objeto	3
Cláusula 2.ª – Preço base	3
Cláusula 3.ª - Contrato	3
Cláusula 4.ª – Prazo	4
Cláusula 5.ª - Obrigações principais do fornecedor	4
Cláusula 6.ª - Conformidade e operacionalidade dos bens	6
Cláusula 7.ª - Entrega dos bens objeto do contrato	6
Cláusula 8.ª - Inspeção	7
Cláusula 9.ª - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	7
Cláusula 10.ª - Garantia técnica	7
Cláusula 11.ª - Objeto do dever de sigilo	8
Cláusula 12.ª – Prazo do dever de sigilo	9
Cláusula 13.ª - Preço contratual	9
Cláusula 14.ª - Condições de pagamento	9
Cláusula 15.ª - Penalidades contratuais	10
Cláusula 16.ª - Força maior	10
Cláusula 17.ª - Resolução por parte do Município de Oliveira de Frades	12
Cláusula 18.ª - Resolução por parte do fornecedor	12
Cláusula 19.ª – Caução	12
Cláusula 20.ª – Seguros	12
Cláusula 21.ª - Foro competente	13
Cláusula 22.ª – Comunicações e notificações	13
Cláusula 23.ª - Contagem dos prazos	13
Cláusula 24.ª - Legislação aplicável	13

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

(15,19)



CÂMARA MUNICIPAL

PARTE I

CLÁUSULAS DO CONTRATO

Cláusula 1.ª

Objeto

O Presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento por concurso público que tem por objeto principal a **“Aquisição de uma varredora urbana”**, cujas condições técnicas específicas se encontram expressas na Parte II do presente Caderno de Encargos, dele fazendo parte integrante.

Cláusula 2ª

Preço Base

1. O preço base do contrato, i.e., o montante máximo que o Município de Oliveira de Frades se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto durante todo o seu período de vigência, não poderá exceder **90 400,00 €** (noventa mil e quatrocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço base fixado para o presente procedimento concursal foi calculado tendo em conta a consulta preliminar ao mercado, prevista no artigo 35º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, revisto e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, efetuada a uma entidade, designadamente a empresa **Certoma** – Comércio Técnico de Máquinas, Lda. – PC n.º 501777407, com sede na Zona Industrial de Viadores, Lote 36, Apartado 36, 3050-901 Mealhada e em websites de outras empresas do mesmo ramo, conforme documentação inclusa nas peças do procedimento.

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato, reduzido a escrito, é composto pelo pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do



CÂMARA MUNICIPAL

contrato.

3. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, revisto e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, adiante designado simplesmente por CCP – (Código dos Contratos Públicos), e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal. *Esta disposição apenas é aplicável quando o contrato for reduzido a escrito (cfr. Artigos 94º e 95º do CCP e ulteriores alterações).*

Cláusula 4.ª

Prazo

1. O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens (varredora) ao Município de Oliveira de Frades em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos decorrem para o adjudicatário, as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de entregar a varredora urbana devidamente legalizado e homologado, bem como todos os elementos que permitam a total operacionalidade da mesma, tendo em conta a natureza e o fim a que se destina, incluindo toda a



CÂMARA MUNICIPAL

documentação e respetiva matrícula;

b) Obrigação do cumprimento dos requisitos legais em vigor e de garantia da qualidade do bem objeto do presente concurso;

c) A varredora urbana bem como o respetivo equipamento que a compõe deverá suportar as cargas normais de utilização para as quais foram concebidos sem que exista deformação permanente ou dano;

d) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a aquisição do bem objeto deste procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;

e) Obrigação de garantir um serviço de apoio ao cliente/ assistência técnica do bem objeto do contrato;

f) São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a entidade adjudicante vier a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o adjudicatário indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;

g) Prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é efetuada a aquisição dos bens, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;

h) Substituição dos bens rejeitados que tenham sido objeto de mal identificação, com defeito de fabrico ou outro imputado ao fornecedor, no prazo igual ou inferior ao referido na proposta;

2. O adjudicatário obriga-se a entregar em duplicado e obrigatoriamente em português, aquando do fornecimento do veículo, manuais, catálogos, micro fichas ou CD - ROM das peças e com instruções sobre a operação, manutenção e reparação do equipamento, bem como das peças, incluindo um exemplar do livro de garantia.

3. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 6.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao Município de Oliveira de Frades o bem objeto do contrato (**varredora urbana**) com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na Parte II, ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 7.ª

Entrega dos bens objeto do contrato

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues, no Armazém do Município de Oliveira de Frades, sito na Zona Industrial de Oliveira de Frades, durante os dias úteis, das 9h00m às 12h30m e das 13h30m às 17h00m, **no prazo de 60 (sessenta) dias**, após a celebração do contrato e de acordo com o definido no presente Caderno de Encargos.
2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.



CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 8.ª

Inspeção

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades que foram definidas para o presente procedimento concursal e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos na **Parte II do presente Caderno de Encargos** e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Durante a fase de inspeção a que se refere o número anterior, o fornecedor deve prestar ao Município de Oliveira de Frades toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

Cláusula 9.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso da inspeção prevista na cláusula anterior não se comprovar a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na **Parte II do Caderno Encargos**, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o fornecedor.

2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de nova inspeção de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 10.ª

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de



CÂMARA MUNICIPAL

bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de **dois anos** a contar da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos na **Parte II do C.E. – Caderno de Encargos**, que se revelem a partir da respetiva aceitação dos bens.

2. A garantia prevista no número anterior abrange:

- a)** O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b)** A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c)** A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d)** O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e)** O transporte dos bens ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f)** A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- g)** A mão-de-obra.

3. Num prazo razoável a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.

4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza dos bens e o fim a que os mesmos se destinam.

5. Durante o período de garantia, todo e qualquer equipamento, componente ou peça que seja substituído em consequência dessa garantia, terá a partir da data da respetiva substituição, um período de garantia igual ao do equipamento, componente ou peça que substituiu.

Cláusula 11.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica



CÂMARA MUNICIPAL

e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos à entidade adjudicante.

Cláusula 13.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Cláusula 14.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Oliveira de Frades, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.



CÂMARA MUNICIPAL

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo fornecedor ao abrigo do contrato.

3. Em caso de discordância por parte do Município de Oliveira de Frades, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

Cláusula 15.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Oliveira de Frades pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de previstos no presente caderno de encargos, até 5% do valor do contrato.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 5% do preço contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.ª

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como



CÂMARA MUNICIPAL

incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de quaisquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 17.ª

Resolução por parte do Município de Oliveira de Frades

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor.

Cláusula 18.ª

Resolução por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses, excluindo juros.

2. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 19.ª

Caução

1. Não haverá lugar a prestação de caução de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

2. Não se procederá à retenção em cada uma das importâncias que o adjudicatário tiver a receber, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações.

Cláusula 20.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro



CÂMARA MUNICIPAL

todos os riscos que possam inviabilizar ou prejudicar o fornecimento dos bens objeto do presente contrato, devendo nomeadamente recorrer à cobertura de contratos de seguros dos seguintes riscos:

- A obrigação de indemnizar terceiros.

2. O Município de Oliveira de Frades pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la dentro do prazo indicado.

Cláusula 21.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL

Paços do Município, 04 de fevereiro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal,

(Paulo Manuel Robalo da Silva Ferreira)

(Documento assinado digitalmente através de assinatura eletrónica, mediante utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada)



CÂMARA MUNICIPAL

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

NOTA PRÉVIA: As eventuais referências a marcas, produtos ou equipamentos são apresentadas a título meramente indicativo de qualidade pretendida, devendo entender-se sempre associadas ao termo “**ou equivalente**”.

Aquisição de uma varredora urbana

1. Especificações e requisitos técnicos

Sem prejuízo das obrigações previstas na cláusula 5.ª e seguintes do Caderno de Encargos, os bens objeto do contrato devem ser fornecidos com todos os elementos que permitam a sua total operacionalidade, e dotados das quantidades, características, especificações e requisitos técnicos e operacionais melhor identificadas abaixo:

Motor

- ✓ Diesel com 4 cilindros, que deverá obedecer às normas exigidas pela legislação nacional e comunitária para máquinas industriais na sua classe;
- ✓ Potência igual ou superior a 55 kw;
- ✓ Cilindrada igual ou superior a 3 795 cc;
- ✓ Binário igual ou superior a 310 Nm às 1 500 rpm.

Transmissão e Direção

- ✓ Transmissão hidrostática;
- ✓ Direção hidráulica assistida às 4 rodas em operação;
- ✓ Direção hidráulica assistida no eixo dianteiro em modo deslocação em estrada.



CÂMARA MUNICIPAL

Tração

- ✓ Por diferencial no eixo traseiro.

Suspensão

- ✓ Dianteira de molas;
- ✓ Traseira de molas.

Sistema de travagem

- ✓ Travões de disco nas rodas dianteiras;
- ✓ Travões hidráulicos nas rodas traseiras;
- ✓ Travão de parque.

Velocidade

- ✓ Em deslocação de 0 a 50 km/hora;
- ✓ Em operação de 0 a 15 km/hora.

Cabine

- ✓ Com dois lugares, bancos pneumáticos (condutor e passageiro) com diversos ajustes e cintos de segurança com 3 pontos;
- ✓ Banco do condutor com encosto de cabeça;
- ✓ Banco do passageiro com apoio de descanso de pés;
- ✓ Volante à direita;
- ✓ Ar condicionado automático;
- ✓ Rádio MP3-SD-USB Bluetooth com kit mãos livres;
- ✓ Sistema de monitorização de vídeo com câmara auxiliar de manobras à retaguarda e câmara no aspirador.

Painel de comandos

- ✓ De fácil interpretação para o operador e instrumentos de bordo que permitam uma condução segura, proteção do equipamento e conta-horas.



CÂMARA MUNICIPAL

Sistema Modo Económico

- ✓ Sistema que após ligado permite obter até 50% de poupança de combustível;
- ✓ Que promove uma menor poluição sonora;
- ✓ Que preserva a vida útil do motor.

Contentor de resíduos

- ✓ Em aço inoxidável
- ✓ Capacidade 2 m³
- ✓ Com acesso (esquerdo e direito) que permita introdução de resíduos de maiores dimensões, e com ligação para tubo flexível para aspiração de folhas, sargetas, etc.
- ✓ Descarga basculante à retaguarda a 55°, com descarga elevada a 1400 mm de altura ou superior.
- ✓ O comando das operações de elevação e descarga do contentor deve fazer-se por controlo remoto com cabo em espiral

Sistema de Aspiração

- ✓ De acionamento hidráulico
- ✓ Boca de aspiração reforçada e extralarga
- ✓ Tubo coletor de aspiração resistente de diâmetro igual ou superior a 250 mm
- ✓ Caudal de aspiração deverá ser superior a 12.000 m³/h

Controlo de poeiras

- ✓ Por jatos de água no aspirador e sobre as escovas

Escovas

- ✓ Máximo de duas escovas com diâmetro igual ou superior a 890mm
- ✓ Com pressão, ângulo e rotações de trabalho reguláveis
- ✓ Com movimento independente à esquerda e à direita.
- ✓ A largura de varredura deve ser variável entre 1280 mm e 2450 mm



CÂMARA MUNICIPAL

Sistema de ligação a acessórios/ferramentas:

- ✓ Ligação hidráulica de engate rápido para a colocação de acessórios, tais como 3ª escova frontal, barra de lavagem, kit de esfregar, limpa-neves, etc..

Acessórios a incluir

- ✓ Kit de limpeza com barra de pulverização/lavagem com jatos de água, bomba de alta pressão, mangueira e pistola.

2. Legalização e homologação

a) A viatura terá que ser fornecida devidamente legalizada pelo IMT. A legalização da viatura terá de ser garantida pelo adjudicatário sendo todos os procedimentos administrativos associados providenciados por este.

b) No documento único da varredora deverá estar averbada "Especial de limpeza urbana".

c) Quaisquer autos de contra-ordenação passados à CMOF - Câmara Municipal de Oliveira de Frades ou aos seus colaboradores por motivos referentes a documentação caducada, deficiências de homologação, de registo, de ruído não enquadrável na legislação, assim como eventuais imobilizações ordenadas pelas autoridades, pelos motivos aludidos anteriormente, terão um custo diário igual ao do atraso na entrega do equipamento e serão da responsabilidade do fornecedor, devendo este ressarcir a CMOF no prazo de 5 (cinco) dias após apresentação desses custos.

3. Formação a dar pelo adjudicatário

a) Deverá ser prestada formação em operação a vários colaboradores habilitados, na presença do técnico de higiene e segurança no trabalho e do responsável das oficinas, todos do Município de Oliveira de Frades.

b) A formação deverá ocorrer em simultâneo com a entrega do equipamento ou dia seguinte.

c) Deverá também ser dada formação aos mecânicos e aos lubrificadores da CMOF, para a verificação e ajustamentos do equipamento, a formação dos mecânicos inicia-se nos 5 dias a seguir ao fornecimento, nas instalações (armazém da CMOF) do Município de Oliveira de Frades.



CÂMARA MUNICIPAL

4. Outras informações

Por fim, informa-se também os concorrentes que as especificações técnicas referidas anteriormente destinam-se a caracterizar o bem objeto do presente concurso de modo a que este corresponda à utilização pretendida pela Autarquia. Neste sentido, os concorrentes não podem apresentar propostas para bens que possuam características inferiores às descritas anteriormente, uma vez que aquelas são de carácter imperativo, podendo no entanto estas serem iguais ou superiores.